

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 12 de abril de 2023 às 07h56
Seleção de Notícias

Agência Senado | BR

Direitos Autorais

Nova Lei Geral do Esporte vai ao Plenário	3
---	---

Consultor Jurídico | BR

Propriedade Intelectual

Raphael Portella: Puffing e concorrência desleal na jurisprudência do STJ	4
---	---

A Crítica Online - Manaus | AM

ABPI

Obras produzidas no ChatGPT não são protegidas por direitos autorais, esclarecem especialistas	7
--	---

Jornal da Manhã Online - Ponta Grossa | PR

12 de abril de 2023 | Inovação

Decretos regulamentam a Lei e o Fundo de Inovação do Paraná Jornal da Manhã	9
---	---

Agência Brasília - GDF | DF

Propriedade Intelectual

Agência Brasília	12
------------------------	----

Migalhas | BR

03 de maio de 2023 | Direitos Autorais

A Ascensão da Inteligência Artificial Generativa e Seus Impactos Jurídicos	17
--	----

Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 5.579	19
-------------------------	----

Nova Lei Geral do Esporte vai ao Plenário

Lei Geral do Esporte segue para o Plenário

Comissão de Educação vai debater violência nas escolas

Trabalhos acadêmicos de conclusão de curso podem ter caráter público

11/04/2023, 14h21

A Comissão de Educação aprovou nesta terça-feira

(11) o PL 1.825/2022, que cria a nova Lei Geral do Esporte. A proposta será analisada agora pelo Plenário do Senado. O texto foi relatado pela senadora Leila Barros (PDT-DF). Foi aprovado ainda o PL 6.473/2019, que define condições para a publicação dos trabalhos de conclusão de curso superior e atualiza regras de **direito** autoral. O relator foi o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). A comissão aprovou ainda a realização de debates sobre violência nas escolas.

Raphael Portella: Puffing e concorrência desleal na jurisprudência do STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) - Â especificamente no REsp nº 1.759.745-SP, cuja relatoria foi do ministroÂ Marco Buzzi - Â analisou a 1) licitude concorrencial, entre concorrentes, de publicidade denominada como puffing, fixando parâmetros do que pode, em tese, ser considerado concorrência deslealÂ [1]. Com base no referido julgamento, o presente artigo objetiva analisar os: 1) conceitos de puffing, claims e concorrência desleal no aspecto civil; 2) o diálogo de fontes entre o Direito da Concorrência e o Direito do Consumidor; 3) os requisitos definidos pelo STJ para reconhecer a ilicitude concorrencial do puffing. A publicidade e a propaganda possuem diferentes formas de convencimento do consumidor, sendo imprescindíveis para comercialização dos produtos ou serviços em um mercado altamente competitivo. Para o presente trabalho nos limitamos ao conceito de uma das formas de publicidade, o puffing, que é a utilização de adjetivações exageradas do produto ou serviço, mesmo intencionalmente, para convencer o consumidor. Exemplificando, utiliza-se de expressões - Â conceituadas como claims - Â que dizem ser "o melhor do mundo", "o mais saboroso do mundo", "o melhor do Brasil", etc. Para compreendermos o conceito de concorrência desleal, devemos compreender o seu fundamento. Denis Borges Barbosa destaca que a concorrência tem como fundamento a **propriedade intelectual**, mas não possui previsão constitucional no artigo 5, XXIX da CF, razão pela qual afirma que o seu fundamento constitucional pode ser extraído do artigo 170, IV da CF, que prevê a livre concorrência como base da atividade econômica, analisando o tema a partir da noção de liberdade. Com isso, concorrência desleal pode ser conceituada como uma conduta que excede o exercício legal e honesto de um direito próprio, atentando contra o correto ou normal no mundo dos negócios (que pode ser modificado com o passar tempo), prejudicando a reputação ou negócios do concorrenteÂ [2]. "Assim, não é a lei que define os limites da concorrência, mas as práticas, lo-

calizadas no tempo, no lugar e no mercado específico, dos demais concorrentes, que vão precisar o que é lícito ou ilícito.

Quando cada concorrente entra em um mercado específico, encontra aí certos padrões de concorrência, mais ou menos agressivos, que vão definir sua margem de risco. Embora tais padrões possam alterar-se com o tempo, ou conforme o lugar, há padrões esperados e padrões inaceitáveis de concorrência. Dentro de tais padrões, pode-se formular uma expectativa razoável de receita futura. O direito tutela tal expectativa, mesmo que inexistam patentes, registro de marcas, ou obra literária ou estética protegidas"Â [3]. A publicidade abusiva ou enganosa pode, em tese, se caracterizar como um ato ilícito - Â seja na relação jurídica consumerista, seja como um ilícito concorrencial - Â sujeito à responsabilização do infrator. Há, aqui, uma intersecção entre o Direito do Consumidor e o Direito da Concorrência. O Código de Defesa do Consumidor, especificamente no artigo 37, diz o que é considerado como publicidade abusiva ou enganosa, assim como a prevê, como princípio da Política Nacional de Relações de Consumo, especificamente no artigoÂ 4º, IV, a coibição e repressão de todos os abusos praticados, inclusive a concorrência desleal.

Apesar de não existir uma regulamentação expressa sobre publicidade abusiva ou enganosa na Lei nº 12.529 de 2011, os atos elencados como abusivos, no artigo 36, são apontados como exemplificativos, ou seja, inclui toda e qualquer conduta que possa prejudicar a concorrênciaÂ [4]. Da mesma forma, a Lei nº 9.279 de 1966 - Â fora das hipóteses lá previstas - Â não tece minúcias sobre a utilização de publicidade enganosa ou abusiva como ato de concorrência desleal, mas em seu artigoÂ 209 diz que todos os atos de concorrência desleal não previstos na lei - Â que pode, em tese, incluir a propaganda enganosa ou abusiva - Â podem gerar o direito de requerer perdas e danos. Pode-se concluir que a intersecção entre a publicidade abusiva ou enganosa e o ilícito

Continuação: Raphael Portella: Puffing e concorrência desleal na jurisprudência do STJ

concorrencial é uma preocupação do legislador, seja através de previsão expressa, seja através da utilização de rol exemplificativo, assim como através da utilização do diálogo de fontes entre os sistemas, tema muito bem delimitada pelo ministro Paulo de Tarso Sanseverino, no julgamento do REsp nº 1.866.232-SP: "Por este motivo, a matéria relativa aos limites da publicidade dirigida ao consumidor, incluindo a expressa proibição das publicidades enganosa e abusiva, é tratada no Código de Defesa do Consumidor, não sendo objeto de disciplina nas leis que versam acerca de Direito da Concorrência.

Com efeito, a Lei nº 12.529/11, a par de estruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, também dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, mas não regula, de forma específica, a questão relativa à propaganda, sequer no que diz respeito à publicidade comparativa. Por sua vez, a Lei nº 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, embora também se ocupe de questões afetas à concorrência desleal, apenas veda a utilização de marca, título de estabelecimento, nome comercial, insígnia ou sinal de propaganda alheios realizada de tal modo que possa induzir o consumidor em erro ou confusão, bem como a utilização que indique procedência que não a verdadeira, o que não é o caso dos autos. Considerando, no entanto, a existência de uma inegável relação simbiótica entre o Direito da Concorrência e o Direito do Consumidor, mostra-se imprescindível a aplicação da conhecida Teoria do Diálogo das Fontes, criação do ilustre professor Erik Jayme e largamente difundida no Brasil pela prestigiada doutrinadora Cláudia Lima Marques.

De acordo com a referida teoria, as fontes normativas, que hoje são plurais e, em muitos casos, convergentes, no lugar de apenas se excluírem mutuamente, devem também, frequentemente, dialogar entre si, cabendo ao aplicador do Direito coordená-las. [...]. Considerando especificamente a relação existente entre o Direito da Concorrência e o Direito do Consumidor, o diálogo se dá, neste caso específico, sob a forma de coordenação e de adaptação sistemática, o que, ainda segundo lição da ilustre dou-

trinadora Cláudia Lima Marques (in Diálogo das fontes: novos estudos sobre a coordenação e aplicação das normas no direito brasileiro. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020), ocorre quando: 'na aplicação coordenada das duas leis, uma lei pode complementar a aplicação da outra, a depender de seu campo de aplicação no caso concreto (diálogo sistemático de complementariedade e subsidiariedade em antinomias aparentes ou reais), a indicar a aplicação complementar tanto de suas normas quanto de seus princípios, no que couber, no que for necessário ou subsidiariamente.

Assim, por exemplo, as cláusulas gerais de uma lei podem encontrar uso subsidiário ou complementar em caso regulado pela outra lei'. Isso significa que é perfeitamente possível o ajuizamento de ação fundada em conduta de concorrência desleal e de desvio de clientela com base nas normas previstas no Título I, Capítulo V, Seção III, do CDC. Portanto, ainda que se trate de ação entre concorrentes - e não entre consumidor e fornecedor - e mostram-se perfeitamente aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor que vedam a publicidade enganosa e a publicidade abusiva, uma vez que a utilização de tais tipos proscritos de publicidade acaba por atingir de forma negativa também a concorrência, já que o anunciante passa a competir de forma desleal no mercado consumidor. A possibilidade de aplicação, também às relações concorrenciais, das normas relativas à publicidade previstas no CDC já foi reconhecida por esta Terceira Turma, em brilhante julgado de relatoria do eminente ministro Moura Ribeiro: [...] (REsp n.

1.552.550/SP, relator ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 1/3/2016, DJe de 22/4/2016)". Partindo de tais premissas e considerando o entendimento do STF de que a concorrência desleal possui índole infraconstitucional (ARE 1186552; ARE 1243687; RE 1128522; dentre outros), passaremos a analisar o julgamento do REsp nº 1.759.745-SP, cuja relatoria foi do Ministro Marco Buzzi, onde o objeto controvertido foi a 1) licitude concorrencial, entre concorrentes, na prática de puffing, fixando parâmetros do que pode, em tese, ser

Continuação: Raphael Portella: Puffing e concorrência desleal na jurisprudência do STJ

considerado concorrência desleal. Destacando que o puffing é uma publicidade que utiliza de exagero - Â que dependam de uma perspectiva subjetiva de avaliação de atributos, ou seja, sem possibilidade de mensuração objetiva - Â para o convencimento do consumidor, verificamos que a decisão tutela a liberdade, sem caracterizá-la como um ilícito concorrencial per si.

Para investigação de eventual ilicitude concorrencial, deve-se analisar o mercado específico e as práticas utilizadas no tempo e lugar, que podem ser mais ou menos agressivos, assim como avaliar se há uma postura de depreciar os serviços e produtos do concorrente. Especificamente no caso concreto, o julgado reconheceu que a prática de puffing é utilizada por ambas as partes do processo (não em produtos idênticos, mas no mesmo mercado), ou seja, até quem o questiona se vale dele em outros produtos. Continua afirmando que, no caso concreto, não havia qualquer mensagem depreciativa dos concorrentes. Tais fatos afastam a ideia de ilícito concorrencial. Portanto, à luz do julgado já citado, os requisitos para a licitude concorrencial do puffing são: 1) impossibilidade de reconhecimento de ilicitude per si; 2) análise do mercado e das práticas utilizados ao tempo e no lugar, averiguando se concorrentes se valem da mesma prática; 3) inexistência de depreciação dos serviços ou produtos do concorrente; 4) considerando existir conteúdo comparativo, necessidade de "induzir em erro o consumidor, causando confusão entre marcas, ocorrendo de maneira a depreciar a marca concorrente, com o consequente

desvio de sua clientela, prestando informações falsas e não objetiva"Â (REsp nº 1.377.911-SP, cuja relatoria foi do ministro Luis Felipe Salomão). A definição gera maior segurança para a utilização de puffing entre concorrentes, assim como fixa parâmetros que podem evitar a conduta do sham litigation concorrencial - Â tema muito bem abordado no já citado REsp nº 1.866.232-SP, com citação de dissertação de mestrado de Tiago Cação VinasÂ [5] - , abuso do direito de ação como uma das formas de infração da ordem econômica.Â

[1] <https://www.conjur.com.br/2023-mar-03/heinz-usar-e-xpressoes-exageradas-propaganda-decide-stj>, acessado em 29 de março de 2023. [2] BARBOSA, Denis Borges. A Concorrência desleal e a sua vertente parasitária. p. 23-24. Disponível em: https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/concorrenca_desleal_vertente_parasitaria.pdf, acessado em 30 de março de 2023. [3] Idem, p. 24. [4] FORGIONI, Paula A. Os Fundamentos do Antitruste, 8ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2015. p. 129. [5] https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-09022015-103806/publico/Dissertacao_Mestrado_Shram_Litigation.PDF, acessado em 30 de março de 2023.

Obras produzidas no ChatGPT não são protegidas por direitos autorais, esclarecem especialistas

A autoria de textos produzidos pelo ChatGPT foi uma das questões que norteou debate na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (11), sobre os impactos da inteligência artificial (IA) na propriedade intelectual. O debate foi pedido pelo deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), que questiona, por exemplo, quem é o autor de um poema feito por um sistema de inteligência artificial.

Desenvolvido pela empresa americana OpenAI, o ChatGPT é capaz de responder perguntas de forma elaborada, produzir conteúdos, escrever sistemas em linguagens de programação, gerar relatórios e resolver questões matemáticas. Os resultados são obtidos a partir do processamento do imenso volume de dados disponíveis na internet.

Na audiência, advogados e professores especialistas em inteligência artificial explicaram que, de acordo com a legislação brasileira, são obras intelectuais protegidas as criações de espírito, expressas por qualquer meio e fixadas em qualquer suporte conhecido ou que se torne conhecido no futuro. Pela legislação de **direitos** autorais, é considerado autor a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

O advogado Raul Murad, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), ressaltou que hoje não é possível proteger com **direitos** autorais os produtos gerados pelo sistema de inteligência artificial, já que o criador deve ser pessoa física. Hoje esses produtos estão em domínio público.

Autor da obra

A advogada Yuri Nabeshima, do escritório VBD advogados, também destacou que, pelas definições legais, o ChatGPT não pode ser considerado autor de qualquer obra e nem o usuário da plataforma pode ser considerado autor. Na avaliação da advogada, uma

nova legislação precisa ser criada para tratar do tema.

"Hoje não há um arcabouço regulatório referente à propriedade intelectual que estabeleça claramente diretrizes e normas sobre **direitos** autorais decorrentes de obras produzidas por ato autônomo de inteligência artificial. Deste modo, defendemos a criação de uma previsão específica desta nova realidade, que não encontra respaldo na atual legislação", disse.

Projeto em tramitação

Hoje tramita na Câmara o Projeto de Lei 1473/23, do deputado Aureo Ribeiro, que obriga empresas que operam sistemas de inteligência artificial a disponibilizar ferramentas para que autores de conteúdo na internet possam restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os **direitos** autorais.

Na avaliação da advogada Yuri Nabeshima, há dúvidas sobre a viabilidade técnica de implementar essa ferramenta, já que a IA pode ter acesso à obra intelectual por meio de outras fontes, como internet e base de dados. Segundo ela, é difícil rastrear a real origem de um determinado conteúdo quando uma quantidade grande de informação é utilizada.

A professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Dora Kaufman, pós-doutora em Impactos sociais da Inteligência Artificial, tem avaliação semelhante e lembra que o ChatGPT não indica fontes: "Remunerar os artistas cujas obras foram base da produção e criação dessas soluções de inteligência artificial não é possível. Ela esbarra frontalmente com essa característica da própria funcionalidade do ChatGPT e outras soluções congêneres."

Cenário internacional

Continuação: Obras produzidas no ChatGPT não são protegidas por direitos autorais, esclarecem especialistas

Dora Kaufman avalia que a discussão no Brasil não deve ser apressada, já que é tudo muito novo. De acordo com a professora, não existe ainda no mundo ainda uma lei regulamentando a inteligência artificial, dado à dificuldade em torno do assunto. Ela informou que a Comissão Europeia começou a discutir a regulação em 2018, e ainda não formulou um projeto de lei em torno do tema.

Já nos Estados Unidos, em 15 de março deste ano o Escritório de Direitos Autorais emitiu nova orientação sobre o assunto, afirmando que a proteção da **propriedade** intelectual depende se as contribuições são resultado de reprodução mecânica ou se refletem a própria contribuição mental do autor. Pela orientação, a proteção dos direitos autorais depende ainda de como o sistema opera, de como foi usado para criar o trabalho final e da quantidade de criatividade humana envolvida, e se os usuários do ChatGPT não exercem o controle criativo final sobre os materiais gerados pelo sistema. Conforme ela, há um grau de subjetividade muito grande nessa avaliação.

Remuneração de autores

Na audiência, o representante da Motion Picture Association (MPA) Brasil - entidade que representa a Disney, Paramount, Universal e Netflix -, Ygor Valério, defendeu a remuneração dos criadores intelectuais cujas obras são usadas para instruir inteligências artificiais.

Ele destacou a importância da Lei de Direitos Autorais para a segurança jurídica dos investimentos do setor e defendeu que valha "o princípio de que a utilização da obra sem a autorização do titular de direitos é violação de direitos autorais".

Já o presidente da Associação Brasileira de

Propriedade Intelectual (**ABPI**), Peter Siemsen, defendeu que seja estudada a possibilidade de sistemas de inteligências artificiais serem considerados autores de obras, e não apenas pessoas físicas. "De repente, a autoria é do sistema, e titularidade é de quem alimentou o sistema para que ele produzisse o conteúdo. Aí poderia ser a pessoa física ou a pessoa jurídica à qual pessoa física tivesse vínculo de trabalho para produzir esse tipo de **inovação** tecnológica", sugeriu.

Ele elogiou o texto apresentado no Senado Federal pela comissão de juristas encarregada de elaborar uma proposta de regulação da inteligência artificial no Brasil. Após 240 dias de trabalho, a comissão apresentou e aprovou uma proposta em dezembro do ano passado.

O deputado Mario Frias (PL-SP), por sua vez, avalia que as manifestações do espírito humano devem prevalecer sobre as criadas por inteligência artificial, já que as pessoas sobrevivem das suas obras e muitos artistas vivem dos direitos autorais.

Projeto aprovado

Em dezembro de 2021, já foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 21/20, de autoria do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que estabelece fundamentos e princípios para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil, listando diretrizes para o fomento e a atuação do poder público no tema. A matéria está em análise no Senado e prevê que caberá privativamente à União legislar e editar normas sobre a matéria.

Assuntos

Decretos regulamentam a Lei e o Fundo de Inovação do Paraná | Jornal da Manhã

JORNAL DA MANHÃ

O governador Carlos Massa Ratinho Júnior assinou nesta terça-feira (11), no Museu Oscar Niemeyer, os decretos estaduais que regulamentam a **Lei** de Inovação do Paraná (Lei nº 20.541/2021) e o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR). A legislação visa estimular a cultura empreendedora por meio da colaboração entre o poder público e a iniciativa privada, contemplando empresas e instituições de ensino superior.

A assinatura dos decretos ocorreu durante uma série de anúncios para os setores de inovação, ciência e tecnologia do Paraná, que também englobaram a entrega de 10 novos ônibus às universidades estaduais, abertura de cinco novos cursos superiores e correção no valor das bolsas de pesquisa de mestrado e doutorado. Na mesma oportunidade, o Governo do Estado também anunciou um investimento anual recorde para o setor de Ciência e Tecnologia, que receberá R\$ 411,7 milhões em 2023, o que equivale a 2% da arrecadação do Estado.

Segundo o governador, o intuito da nova legislação é estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras, promover a transferência de conhecimento acadêmico para o meio corporativo e reduzir obstáculos burocráticos ao empreendedorismo e à inovação no Paraná. "A **Lei** de Inovação é extremamente moderna e possibilita que as universidades estaduais atuem como as melhores do mundo", afirmou Ratinho Junior.

"O Estado tem que dar oportunidade para que grandes ideias surgidas no ambiente acadêmico possam ser usadas no desenvolvimento de boas soluções para a sociedade e as empresas, gerando novos empreendimentos, emprego e renda. O que estamos fazendo é dar a oportunidade para que as nossas universidades possam fazer ciência e pesquisa, mas

também negócios. Com este ato, o Paraná sai na frente e deverá servir de referência para as outras universidades públicas do Brasil", acrescentou o governador.

AMPLO DIÁLOGO - A Lei 20.541/21 integra o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná, abrangendo um conjunto de instrumentos legais para a formalização de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Idealizado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), o marco tem como objetivo estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica nos setores produtivo, acadêmico e empresarial.

Para elaborar o texto do regulamento, a Seti recebeu contribuições de diversos segmentos da sociedade e setores produtivos, o que envolveu a participação de mais de 190 pessoas de 36 municípios paranaenses, incluindo autoridades públicas, reitores, professores, empreendedores e empresários ligados ao tema.

A iniciativa contou com o apoio das secretarias estaduais da Inovação, Modernização e Transformação Digital (Seimt) e da Fazenda (Sefa), além do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR).

De acordo com o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona, o novo regimento permite que as universidades estaduais atuem de forma mais direta nas necessidades da população. "A assinatura do decreto que regulamenta a **Lei** de Inovação dá segurança jurídica para as relações entre as universidades, sociedade e setor empresarial. Dessa maneira, o conhecimento produzido nelas se transforma em desenvolvimento econômico e social para o Estado", explicou.

Continuação: Decretos regulamentam a Lei e o Fundo de Inovação do Paraná | Jornal da Manhã

O reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp), Miguel Sanches Neto, considera que a legislação e a sua regulamentação representam a valorização e o reconhecimento do papel das universidades como fomentadoras de iniciativas inovadoras. "A **Lei** de Inovação transforma as nossas universidades, que estão majoritariamente no Interior do Paraná, em agências de inovação e desenvolvimento mais eficientes e competitivas", comentou.

Para o secretário de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital, Marcelo Rangel, a regulamentação da Lei Estadual de Inovação coloca o Paraná na vanguarda sobre o tema em nível nacional. "É uma lei extremamente moderna, fruto de um trabalho conjunto com a Assembleia Legislativa, e que prevê um governo mais ágil, oferecendo soluções mais práticas no dia a dia da população que mais precisa, com menos burocracia", defendeu.

FUNDO DE INOVAÇÃO - O decreto estadual que regulamenta o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR), instituído pela Lei 19.480 de 2018, se baseou no Estatuto da Microempresa. Ele prevê tratamento diferenciado às empresas desse porte e será usado para subvencionar a taxa de juros em linhas de crédito da Fomento Paraná para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O decreto valoriza as micro e pequenas empresas, financiando, a juro zero, empréstimos subsidiados pelo Governo do Estado para desenvolvimento e inovação.

Segundo o secretário Marcelo Rangel, entre os ob-

jetivos do FIME/PR está o apoio a programas de inovação voltados às microempresas e empresas de pequeno porte e o estímulo à transferência de conhecimento de instituições científicas e tecnológicas aos pequenos empreendedores para a melhoria dos seus produtos, processos e serviços.

"Os financiamentos para pequenos e micro empreendedores na área de inovação vão receber os recursos do Governo do Estado com juro zero, o que dará a possibilidade para que invistam com mais facilidade. Isso é muito interessante para a iniciativa privada e para o fomento do desenvolvimento econômico do Paraná, em parceria com as universidades, que é onde está a inovação mais complexa, técnica e científica", declarou o secretário da Inovação, Modernização e Transformação Digital.

"As nossas instituições de ensino superior estão distribuídas de maneira proporcional, contemplando as macro e micro regiões. O nosso objetivo, junto com a Seti, é transformar essas patentes, ideias e invenções que os paranaenses criaram em produtos de mercado, que vão para as prateleiras e que a população tenha acesso a elas", acrescentou Rangel.

O FIME/PR será constituído principalmente com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e de receitas do programa Paraná Competitivo. Para início das atividades do fundo, foram reservados R\$ 3,6 milhões em recursos do FDE, valor que permite equalizar os juros de até R\$ 10 milhões em operações de crédito.

O acesso às linhas de crédito pode ser solicitado na plataforma online da Fomento Paraná ou por meio de um dos correspondentes do órgão nos municípios. Eles são capacitados para orientar os empresários, encaminhar a documentação e acompanhar o an-

Continuação: Decretos regulamentam a Lei e o Fundo de Inovação do Paraná | Jornal da Manhã

damento das propostas.

PRESENÇAS - Participaram da solenidade os secretários estaduais das Cidades, Eduardo Pimentel; e do Desenvolvimento Sustentável, Valdemar Bernardo Jorge; os presidentes da Fundação Araucária, Ramiro Wahrhaftig; da Compagás, Rafael Lamastra; e do Iparde, Jorge Callado; os reitores da UEL, Marta Favaro; UEM, Leandro Vanalli; Unioeste, Alexandre Webber; Unespar, Salete Machado Sirino; e

da UENP, Fábio Neia Martini; e os deputados estaduais Hussein Bakri, Cloara Pinheiro, Alexandre Amaro, Márcia Huçulak, Gugu Bueno e Luís Corti.

Com informações da AEN

Jornal Da ManhãFoto

Agência Brasília

AGÊNCIA BRASÍLIA

TERMO DE USO

O Termo de Uso com o objetivo de facilitar o acesso imediato às notícias oficiais de ações feitas pelo Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Comunicação disponibiliza gratuitamente o aplicativo e o portal da Agência Brasília, que oferece as principais notícias do dia, busca por edições passadas e ainda filtros de leitura.

O presente Termo de Uso sobre a utilização do aplicativo e portal da Agência Brasília, que diz respeito às responsabilidades, deveres e obrigações de todos os usuários que acessarem este site.

Prezando pela privacidade e confidencialidade de todos os dados captados por nosso sistema, sempre armazenando e fazendo o devido processamento com sistemas que possam garantir a segurança dos dados pessoais dos Usuários. A Agência Brasília se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tra-

tamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Leis e normativos aplicáveis a esse serviço

- Lei 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

- Decreto nº 42.036, de 27 de abril de 2021: Sobre a aplicação Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e suas diretrizes para a sua aplicação nas ad-

ministrações direta e indireta.

Dados utilizados

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis ao serviço disponibilizado pelo portal e aplicativo mobile e concorda em ficar vinculado a eles.

A Secretaria de Comunicação pode, ainda, coletar e armazenar informações sobre a navegação do titular, como endereço IP, páginas acessadas e tempo de permanência, e informações demográficas.

As informações de outras fontes, outros órgãos ou entidades da administração pública do Distrito Federal também podem ser somados à nossa base de dados em conformidade com os ditames previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709/18 acerca do compartilhamento de dados em ambiente público, e demais legislações pertinentes.

Há, assim, o tratamento de dois tipos de dados pessoais: (i) aqueles fornecidos pelo próprio Usuário; e (ii) aqueles coletados automaticamente.

Dados coletados automaticamente

As informações coletadas são para aprimoramento e concretização dos nossos serviços para usuário. Elas permitem o estudo de suas preferências e o oferecimento de uma experiência de navegação mais próxima de seus interesses.

As informações pessoais que são captadas por meio de nossas Páginas serão usadas para os fins especificados nesta Política ou nas páginas relevantes do site. Podemos usar suas informações pessoais para o seguinte:

- Administrar nossas Páginas;
- Personalizar nossas Páginas para o nosso Usuário;

- Possibilitar o uso dos serviços disponíveis em nossas Páginas;

- Enviar extratos, e lembretes;

- Enviar nossa newsletter por e-mail, caso você a tenha solicitado (você pode nos informar a qualquer momento se não quiser mais receber a newsletter);

- Lidar com perguntas e reclamações feitas por você ou sobre você em relação ao nosso site;

- Manter nossas Páginas seguras e evitar fraudes;

- Outros usos aqui não especificados, mas que também dependerão do seu consentimento.

Além dos dados pessoais citados serão coletados e registrados pela Secretaria de Comunicação dados de navegação do Usuário nas páginas do site, como:

- Data e hora de acesso de cada serviço;

- Origem do IP;

- Frequência;

- Circunstância e duração da visita;

- Visualizações de página;

- Caminhos de navegação, dentre outros.

A Secom por meio da Agência Brasília respeita e se prepara para cumprir com os princípios e regras que regem a Proteção de Dados e Privacidade no Brasil.

Somente funcionários autorizados terão acesso às informações pessoais fornecidas pelo Usuário.

Todas as informações cadastradas no Portal e aplicativo da Agência Brasília são mantidas em sigilo nos bancos de dados do governo e poderão ser compartilhadas com demais órgãos do governo e re-

presentantes devidamente constituídos quando necessários para o desenvolvimento e avaliação das solicitações, sugestões e apresentação de respostas a questões apresentadas pelos Usuários dentro do sítio eletrônico.

O governo somente fornecerá os dados pessoais do Usuário fora do escopo de atuação do Portal ou aplicativo da Agência Brasília, por força da lei, quando intimado pelas autoridades governamentais competentes.

Todos os dados coletados serão armazenados com cuidado e sigilo e serão utilizados pelos entes do Distrito Federal quando necessários à prestação de serviço previamente solicitado pelo cidadão. Além desse fim, serão utilizados também com a finalidade de produzir estudos estatísticos sobre o uso dos serviços e recursos disponíveis dentro do Portal e do aplicativo da Agência Brasília.

Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

Portais e aplicativos: portais e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.

Usuário: todo o indivíduo que acessa e utiliza o portal ou o aplicativo como fonte de informações.

Dados: informações documentadas mediante os resultados de um conjunto de números observados.

Obrigações do usuário

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Agência Brasília, a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir da utilização do serviço.

Ao acessar o aplicativo ou portal, os usuários declaram que irão respeitar todos os direitos de **propriedade** intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados em, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no serviço. O simples acesso ao serviço não confere aos usuários qualquer direito ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis.

A reprodução de conteúdo descritos anteriormente está proibida, salvo com prévia autorização por escrito ou caso se destinem ao uso exclusivamente pessoal e sem que em nenhuma circunstância os usuários adquiram qualquer direito sobre esses conteúdos.

É vedada a utilização do serviço para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para a qual foi concebido, conforme definido neste documento, sob pena de sujeição às sanções cabíveis na Lei nº 9.610/1998, que protege os **direitos** autorais no Brasil.

Os visitantes e usuários assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço.

O usuário concorda que não usará robôs, sistemas de varredura e armazenamento de dados (como "spiders" ou "scrapers"), links escondidos ou qualquer outro recurso escuso, ferramenta, programa, algoritmo ou método coletor/extrator de dados automático para acessar, adquirir, copiar ou monitorar o serviço, sem permissão expressa por escrito do órgão.

Responsabilidades do portal

Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a estes Termos de Uso e Política de Privacidade conforme o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

Em nenhuma hipótese, a Agência Brasília será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo usuário.

O serviço e seus colaboradores, em hipótese alguma responsabilizam-se por eventuais danos diretos, indiretos, emergentes, especiais, imprevistos ou multas causadas, em qualquer matéria de responsabilidade, seja contratual, objetiva ou civil (inclusive negligência ou outras), decorrentes de qualquer forma de uso do serviço, mesmo que advertida a possibilidade de tais danos.

Se tratando de aplicativos em dispositivos móveis e portais, sua comercialização é expressamente proibida. Ao concordar com este Termo de Uso e utilizar o aplicativo móvel e portal, o usuário receberá uma permissão do órgão para uso não comercial dos serviços oferecidos pelo aplicativo e portal, o que, em nenhuma hipótese, fará dele proprietário do aplicativo móvel ou portal.

Caso o usuário descumpra o Termo de Uso ou a Política de Privacidade, ou seja investigado em razão de má conduta, este deverá responder legalmente por es-

sa conduta.

A Secretaria de Comunicação poderá, quanto às ordens judiciais de pedido de informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com as obrigações legais.

A Agência Brasília se compromete a preservar a funcionalidade do serviço, aplicativo e portais, utilizando um layout que respeite a usabilidade e navegabilidade, facilitando a navegação sempre que possível, e exibir as funcionalidades de maneira completa, precisa e suficiente, de modo que as operações realizadas no serviço sejam claras.

A Agência Brasília não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do equipamento;
- d. Proteção das informações baseadas nos equipamentos dos usuários; e. Abuso de uso dos equipamentos dos usuários;
- f. Monitoração clandestina do equipamento dos usuários;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;

Sobre a alteração do presente termo

A Agência Brasília se reserva o direito de modificar, a qualquer momento as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço,

Continuação: Agência Brasília

seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

partir da data de sua publicação.

Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a

A Ascensão da Inteligência Artificial Generativa e Seus Impactos Jurídicos

AGENDA

A Ascensão da Inteligência Artificial Generativa e Seus Impactos Jurídicos

Evento online

3/5 quarta-feira 9h às 12h

A IA Generativa é uma das vertentes da inteligência artificial e se caracteriza pela sua capacidade de produzir ou gerar novos conteúdos, tais como imagens, texto, música ou vídeos, com base em um conjunto de entradas ou parâmetros. Embora tenha sido lançada há menos de um ano, a tecnologia, representada por Chat-GPT, Bard, DALL-E e Midjourney, tem mostrado um enorme potencial em vários campos da atividade humana, desde arte e entretenimento até cuidados de saúde e finanças. Como toda nova tecnologia de alto impacto, a IA Generativa levanta desafios significativos no que diz respeito à sua regulamentação e as formas de uso éticos, uma vez que é difícil delimitar limites legais para o seu uso. Ao contrário de outros tipos de IA que executam tarefas específicas ou operam dentro de regras predefinidas, a IA generativa pode criar resultados novos e imprevisíveis que podem ter consequências não intencionais ou violar normas éticas. Por exemplo, um sistema de IA generativa treinado em dados tendenciosos ou prejudiciais pode produzir conteúdo discriminatório ou ofensivo que pode prejudicar indivíduos ou comunidades. Por ser geradora de conteúdo, a IA Generativa também oferece desafios em questões envolvendo **direitos** autorais, contratos e responsabilidade civil. Nesse evento, grandes especialistas do cenário nacional vão discutir oportunidades e desafios na regulação da IA Generativa. Os debates foram pensados para conferir ao público não apenas o entendimento técnico e de negócios da tecnologia, mas também a visão mais acurada a respeito das oportunidades que a tecnologia trás na esfera jurídica.

Programação A Ascensão da Inteligência Artificial Generativa e Seus Impactos Jurídicos Coordenador: Gustavo Artese Sócio do Artese Advogados e Presidente do Fórum Equidata.

09h00 às 09h05 Abertura

09h05 às 09h35 IA Generativa: Verdades, Mitos e Hypes Cezar Taurion Advisor e sócio da startup Recrutaê (HRTech), Head da CiaTécnica Research, Operating Partner, da Kick Corporate Ventures. Investidor e mentor de startups de IA e membro do conselho de inovação de diversas empresas e associações, como ABINC (Associação Brasileira da **Internet** das Coisas) e AMB (Associação Médica Brasileira). Na sua carreira foi Diretor de Novas Tecnologias Aplicadas e Chief Evangelist da IBM Brasil; e sócio-diretor e líder da prática de IT Strategy da PwC. Exerceu cargos técnicos e executivos em empresas como Shell e Chase Manhattan Bank. É autor de 14 livros e e-books que abordam assuntos como Inteligência Artificial, Transformação Digital, Inovação, Big Data e Tecnologias Emergentes. Membro notável do I2AI. Advisor da EBDI/ Educação Executiva, e professor convidado da Fundação Dom Cabral, da PUC-RJ e PUC-RS. Publisher da Intelligent Automation Magazine. Top Voice LinkedIn 2018.

09h35 às 10h35 Painel 1: IA Generativa: Desafios Setoriais Larissa Aveno Ordoñez de Andrade Mestre em Processo Civil e Pós-Graduada em Processo Civil pela PUC/SP. Pós-Graduada em Contratos pela ESA/SP. Especialista em LGPD. Professora da graduação e Pós-Graduação da PUC/SP. Encarregada de Proteção de Dados do Grupo Kantar na América Latina. Gerente Jurídica do grupo Kantar na América Latina. Presidente do Conselho de Assuntos Regulatórios e Jurídico da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP. Paula Miller Starling

Continuação: A Ascensão da Inteligência Artificial Generativa e Seus Impactos Jurídicos

Head of Privacy and Compliance da Ânima Educação. Moderador - Gustavo Artese Sócio do Artese Advogados e Presidente do Fórum Equidata.

10h35 às 10h45 Intervalo

10h45 às 11h45 Painel 2: A IA Generativa Como Impulso À Regulação da Inteligência Artificial Gustavo Artese Sócio do Artese Advogados e Presidente do Fórum Equidata. Paulo Lilla Sócios do Lefosse Advogados Pedro Iorio Advogado de Artese Advogados. Possui formação técnica na área de **internet** e tecnologia. Membro da International Association of Privacy Professionals (IAPP). Conduziu projetos de adequação de diversas organizações nacionais e transacionais a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Atua como DPO as a service e como consultor jurídico de DPOs e escritórios de privacidade em diversos setores econômicos. Professor convidado da ESA OAB/SP. Cofundador da Law-B.

11h45 às 12h00 Perguntas e Encerramento

Coordenador Gustavo Artese Sócio do Artese Advogados e Presidente do Fórum Equidata.

Palestrantes Cezar Taurion Advisor e sócio da startup Recrutaê (HRTech), Head da CiaTécnica Research, Operating Partner, da Kick Corporate Ventures. Investidor e mentor de startups de IA e membro do conselho de inovação de diversas empresas e associações, como ABINC (Associação Brasileira da **Internet** das Coisas) e AMB (Associação Médica Brasileira). Na sua carreira foi Diretor de Novas Tecnologias Aplicadas e Chief Evangelist da IBM Brasil; e sócio-diretor e líder da prática de IT Strategy da PwC. Exerceu cargos técnicos e executivos em empresas como Shell e Chase Manhattan Bank. É autor de 14 livros e e-books que

abordam assuntos como Inteligência Artificial, Transformação Digital, Inovação, Big Data e Tecnologias Emergentes. Membro notável do I2AI. Advisor da EBDI/ Educação Executiva, e professor convidado da Fundação Dom Cabral, da PUC-RJ e PUC-RS. Publisher da Intelligent Automation Magazine. Top Voice LinkedIn 2018. Gustavo Artese Sócio do Artese Advogados e Presidente do Fórum Equidata. Larissa Aveno Ordoñez de Andrade Mestre em Processo Civil e Pós-Graduada em Processo Civil pela PUC/SP. Pós-Graduada em Contratos pela ESA/SP. Especialista em LGPD. Professora da graduação e Pós-Graduação da PUC/SP. Encarregada de Proteção de Dados do Grupo Kantar na América Latina. Gerente Jurídica do grupo Kantar na América Latina. Presidente do Conselho de Assuntos Regulatórios e Jurídico da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP. Paula Miller Starling Head of Privacy and Compliance da Ânima Educação. Paulo Lilla Sócios do Lefosse Advogados Pedro Iorio Advogado de Artese Advogados. Possui formação técnica na área de **internet** e tecnologia. Membro da International Association of Privacy Professionals (IAPP). Conduziu projetos de adequação de diversas organizações nacionais e transacionais a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Atua como DPO as a service e como consultor jurídico de DPOs e escritórios de privacidade em diversos setores econômicos. Professor convidado da ESA OAB/SP. Cofundador da Law-B.

* Programa sujeito a alterações.

* Inclusos: certificado digital de participação.

* As informações de acesso ao ZOOM serão enviadas um dia antes do seminário.

MIGALHAS nº 5.579

AMANHECIDAS

Terça-Feira, 11 de abril de 2023 - Migalhas nº 5.579.

Fechamento às 09h57.

"Ofício de julgar é de justiça, e de fazer justiça."

Padre Antônio Vieira

Diz o que quer...

Um padre da Diocese de Anápolis/GO foi condenado a pagar R\$ 10 mil por danos morais a um médico por chamá-lo de assassino, na internet, e acusá-lo de "matar criancinhas". O médico vem a ser diretor de centro responsável pela realização da interrupção de gestação de uma criança de dez anos que foi estuprada pelo tio. ()

... paga o que não quer

Não é a primeira vez que o padre de Goiás se envolve em polêmica acerca da questão do aborto. Em 2005, uma mulher obteve autorização da Justiça para interromper gestação cujo feto não tinha chance de vida. Com a mulher internada e o procedimento já iniciado, o padre impetrou HC em favor do feto alegando homicídio, e conseguiu a ordem. O procedimento foi interrompido e dias depois o bebê nasceu, tendo vivido por menos de duas horas. O STJ entendeu que o padre abusou do direito de ação e ele acabou tendo de desembolsar R\$ 400 mil de indenização. ()

Vaga no Supremo

Você sabia que o sucessor de Lewandowski pode não suceder Lewandowski? Entenda, .

Lewandowski, o artilheiro

Reconhecido como um gabinete impecável, Lewandowski deixa números exemplares na Corte. Nos 17

anos como ministro, ele recebeu 88.819 processos. Isso significa uma média de mais de 14 processos por dia, mesmo contando fins de semana, recessos e feriados. Entre decisões e despachos, ele proferiu 138.999 atos, o que significa 22 canetadas por dia, considerando os 6.234 em que esteve com a toga suprema.

Competência em razão do ódio

Em um de seus últimos atos como ministro (se não o último), ministro Lewandowski atendeu ao pedido da PGR e, salvo melhor juízo, contra jurisprudência da Corte, decidiu manter no STF as acusações feitas pelo advogado Rodrigo Tacla Duran contra Sergio Moro. ()

!!!

TJ/SP condenou hospital a indenizar em R\$ 1,5 milhão paciente que teve parte dos membros superiores e inferiores amputados por negligência no atendimento. Em seu voto, o relator apontou que os danos estéticos "estão no grau máximo de gravidade crescente, já que são perceptíveis à distância, afetando a imagem do autor em relação a si próprio e em relação a outras pessoas". ()

Omissão legislativa?

O STF começou a julgar, no plenário virtual, ação sobre normas que visam preencher funções comissionadas e de confiança na Administração Pública. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, a OAB aponta falta de regulamentação do artigo 37, inciso V, da CF. O dispositivo prevê as condições e os percentuais mínimos dos cargos de confiança ou em comissão que devem ser ocupados por servidores. Até o momento, votou apenas o relator, ministro Gilmar Mendes, para negar a existência de omissão legislativa. ()

Juiz afastado

O CNJ deve analisar hoje processo do juiz Valmir Maurici Júnior, filmado agredindo e xingando sua mulher. O magistrado já está afastado cautelarmente das funções por decisão da corregedoria de SP. Acompanhe a sessão ao vivo: .

Grupo vulnerável

O CNJ aprovou, nesta manhã, a criação, no âmbito do Judiciário, de programa que reserva vagas, em contratos terceirizados, para mão de obra feminina vulnerabilizada, como migrantes, mulheres em situação de rua, egressas do sistema prisional, indígenas e trans. ()

"- Seja homem!"

Como devem agir os homens no combate à violência contra as mulheres? É essa reflexão que se propõe o bâtonnier da advocacia brasileira, Délio Lins e Silva Júnior. ()

Candidatos sub judice

STF tem maioria para autorizar aos partidos o cômputo dos votos de candidatos com pedido de registro deferido ou não apreciado no dia da eleição, mesmo que a situação venha a ser modificada judicialmente mais tarde. Ficam excluídos do cômputo apenas os votos atribuídos ao candidato cujo registro esteja indeferido sub judice no dia da eleição. O julgamento termina amanhã. ()

Desimpedido

TSE negou recurso de Bolsonaro no qual buscava a suspeição de Alexandre de Moraes para julgá-lo. O ex-presidente responde por abuso de poder político depois de ter usado os palácios da presidência para fazer lives eleitorais. Já o pedido de suspeição partiu de um "gesto de degola" que teria sido feito por Alexandre em sessão. Lewandowski já havia afirmado

que o pleito não tinha fundamentação jurídica e agora o plenário, em sessão virtual, confirmou. ()

Migalhas dos leitores - Preito de saudade

"A morte de Paulo de Tarso Sanseverino, ministro do STJ, é profundamente triste. Um homem que percorreu com honra todos os graus da magistratura. Um homem de fé, atento, intenso e, cheio de vontade. Um homem que não se deteve na superfície jurídica. Um homem que conseguiu, perdendo horas de sono, estudar com escrupulosas diligências, todas as causas a ele confiadas, sem esquecer a vírgula de um documento. Conheci Paulo de Tarso Sanseverino em Portugal (na cidade de Porto) onde plantou sementes de esperança e amizade, frutos de seu caráter. Caminhou com desenvoltura ímpar na instigante tarefa de dar à lei seu genuíno espírito. Que o Eterno Deus conforte a família." Juarez Vicente de Carvalho

Colunas

Direito e Mulher

Ao proporem uma reflexão sobre a efetividade das punições que sofrem os agressores de mulheres no Brasil, Fernanda de Avila e Silva e Raíssa Marcandeli questionam: será que o caminho que adotamos é o mais adequado para alcançarmos alguma mudança significativa no combate à violência? ()

Direitos Humanos em pauta

Na coluna de hoje, Daniela Libório aborda a lei 14.489/22, conhecida como lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a chamada "arquitetura hostil", e enfatiza a busca pela dignidade da pessoa urbana. ()

German Report

Karina Nunes Fritz traz um caso interessante de revogação da doação por ingratidão do donatário (no caso, o filho da doadora). ()

Migalhas de Direito Privado Estrangeiro

Professor Carlos E. Elias de Oliveira segue tratando do Regulamento Europeu das Sucessões e avança para outros pontos da harmonização no Direito Internacional europeu. ()

Informação privilegiada

A quebra de sigilo telemático como meio de investigação da criptocriminalidade é tema analisado por Lawrence Lino Monteiro de Mendonça e Gabriel Bulhões Nóbrega Dias. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

Anna Carolina Pinho trata da responsabilidade de algoritmo de inteligência artificial pelos fundamentos de autoaprendizagem. ()

Observatório da Arbitragem

Uma análise à luz de precedentes europeus, por Daniel Becker e Eduarda Victoria L. B. Motta, sobre a impossibilidade de arguição de cláusula de jurisdição contra terceiro credor não signatário. ()

Registralhas

Mais uma análise da MP 1.162/23, que tem como objetivo restabelecer o conceito do Programa Minha Casa, Minha Vida e modificar outras legislações correlatas à implementação da política habitacional. Veja as considerações de Vitor Kumpel e Fernando Mady. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "Natureza jurídica do lançamento tributário", por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "4 anos da permissão de sociedades limitadas 'unipessoais': Alguns apontamentos sobre o tema", por Marlon Tomazette (Tomazette, Franca & Cobucci - Advogados Associados) e Fernando Schwarz Gagini, advogado. ()

- "Dano moral ambiental", por Ana Carolina Ferreira de Melo Brito (Trigueiro Fontes Advogados). ()

- "Geolocalização como prova trabalhista: Ilegalidade ou efetividade?", por Maurício de Carvalho Góes (TozziniFreire Advogados) e Andressa Munaro Alves, advogada. ()

- "União Estável: formalização em Registro Civil, alteração do regime de bens e conversão em casamento", por Natalia Zimmermann, Joanna Oliveira Rezende Barbosa, João Pedro Cunha Rezende (Velloza Advogados Associados) e Maria Thereza Santiago M. de Moura, advogada. ()

- "As casas de religiões afrodescendentes e suas obrigações legais", por Gilberto Garcia (IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Pique-pique

Aos aniversariantes migalheiros do dia, enviamos nosso abraço. E o fazemos em nome do ilustre ministro José Coêlho Ferreira, do STM, que assiste hoje às comemorações de seu aniversário. (Compartilhe)

Concorrencial e Antitruste

Escritório Lefosse Advogados apresenta novas sócias na área de Concorrencial e Antitruste: Paola Pugliese e Milena Mundim, além da counsel Fernanda Harari Dayan. ()

Baú migalheiro

Há 104 anos, em 11 de abril de 1919, foi fundada a Organização Internacional do Trabalho, uma agência multilateral da ONU especializada em lutas trabalhistas, como: cumprimento de normas, condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, e um trabalho digno e produtivo a todos os trabalhadores. Em seu 50º aniversário, a OIT recebeu o "Prêmio Nobel da Paz" por sua atuação entre as classes, luta pela justiça e assistência às nações em desenvolvimento. (Compartilhe)

Sorteio

Coordenada por Guilherme Setoguti J. Pereira (monteiro de castro, setoguti advogados), a obra coletiva "Litigation Finance e Special Situations" (Thomson Reuters - Revista dos Tribunais - 471p.) analisa questões jurídicas envolvendo o mercado de financiamento de litígios e de special situations, expressão que designa investimentos em ativos alternativos e de alto risco, alto retorno financeiro e elevada complexidade jurídica. O exemplar é presente dos coautores. ()

Novidades

Os poderes emergenciais usados pelos países democráticos para gerir a crise causada pelo coronavírus são temas de análise do livro "Estado de exceção, populismos e a militarização da política na pandemia da Covid-19", que será lançado pelo IAB dia 13/4, às 17h. () Editora Fórum lança de 18 a 20/4, durante o "XXI Congresso da Associação Brasileira do Ministério Público Ambiental - ABRAMPA", a obra "Litígios Climáticos", de Gabriel Wedy. O evento será em Bonito/MS. () A obra "Contabilidade Tributária", da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, de autoria de Mateus Alexandre Costa dos Santos, expõe a complexidade no cenário da contabilidade brasileira causada pela adoção dos IFRS - International Financial Reporting Standards - e suas transformações na seara tributária. ()

Migalhíssimas

Hoje, a advogada Gilda Figueiredo Ferraz (Figueiredo Ferraz Advocacia) irá palestrar sobre "As relações de trabalho do idoso e seu impacto na família" durante o "5º Congresso Internacional da ADFAS", na Universidade de Coimbra, em Portugal. Ela estará no painel "Envelhecimento e Família". () Hoje, o programa semanal "Covac 10", do escritório Covac - Sociedade de Advogados, será sobre a lei 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. No vídeo, são abordados os avanços e retrocessos que a legislação trouxe ao longo dos seus dezenove anos de vigência. Assista pelo YouTube. () Fernanda Meirelles, de FAS Advogados - Focaccia, Amaral e Lamonica Advogados, e Felipe Lázaro participam hoje, às 18h, de mais uma edição do "FAS+Simples". O encontro vai debater a "Regulamentação das apostas esportivas no Brasil e os impactos na negociação de direitos esportivos". () Hoje, às 19h, Fabricio Soler, do escritório Felsberg Advogados, participa do evento "Desafios e perspectivas na gestão dos recursos hídricos", promovido pela Comissão do Meio Ambiente da OAB/SP. () Acontece hoje, às 19h, a abertura do curso "M&A do CPA", coordenado por Joaquim de Paiva Muniz, sócio de Trench Rossi Watanabe. O encontro irá contar com palestras da professora Catarina Monteiro Pires e da executiva de M&A Claudia Zacour. Assista pelo YouTube. () Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestrará sobre "**Propriedade** Intelectual e Indústria" no "II Congresso Brasileiro de **Propriedade** Intelectual e Direito - CBPID". Hoje, às 19h30. () Amanhã, Nara Ayres Britto, sócia de Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia, participa como conferencista no painel "Bioética e Biodireito nas relações familiares", do "5º Congresso Internacional da ADFAS", na Universidade de Coimbra. Ao final do evento, ela estará na apresentação do livro "Direito, Bioética e Saúde: Estudos em Homenagem à Professora Stela Barbas", na qual atuou como uma das organizadoras e é coautora do artigo "Análise das contradições legais e constitucionais do artigo 10 da Lei n.º 9.263/96, Lei do Planejamento Fa-

miliar", juntamente com os advogados Bryan De Jongh e Natália Damasceno. () Vice-presidente da OAB/RJ e sócia de Basilio Advogados, Ana Tereza Basilio participa amanhã, às 10h, do "Treinamento Permanente em Direito Previdenciário", pelo canal YouTube mentoriaoabrij, com o tema "Pós-Perícia-Casos Concretos". Presidente da Academia Carioca de Direito e sócia de AJS - Cortez & Advogados Associados, Rita Cortez participa da mesa do evento de lançamento da "Cartilha de Capacitação para Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência". Também compõem a mesa de abertura Carlos Henrique de Carvalho, Ouvidor-geral, e Andrea Tinoco, Ouvidora da Mulher, ambos da OAB/RJ. O evento acontece amanhã, às 17h, na seccional fluminense. Sócios de Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados são professores no curso "Aspectos Institucionais do Saneamento Básico", que acontece dia 13/4, em Brasília, e é organizado pelo ministério das Cidades. Floriano de Azevedo Marques Neto participará da aula "Desafios à universalização dos serviços de saneamento básico". Wladimir Antonio Ribeiro participa da cerimônia de encerramento, em que será discutido "Qual o futuro para o Saneamento?". Acontece, de 26 a 28/9, em Maceió, o "37º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo", realizado pelo IBDA (). O escritório Fritoli & Moraes Advogados Associados participa do evento, que conta com importantes parceiros e congressistas de renome. ()

Direito Civil francês

Organizado pelo Centro de **Arbitragem e Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá e o IDiP, em parceria com a Société de L  gislation Compar  e, o evento "Diálogo Franco-Brasileiro Sobre a Recente Evolu  o do Direito Civil Franc  s" acontece dias 13 e 14/4, em SP. Inscri  o  es estão abertas. ()

Finanças

A maioria dos advogados compartilha da mesma dificuldade ao tentar organizar sua vida financeira: adi-

vinhar quando irá receber pelos seus processos. A JusCash, empresa especializada em antecip  o de honorários advocatícios,    responsável pela tecnologia que prediz o tempo restante para a liquida  o de um processo. Confira! ()

Novos serviços

Durante o mês de abril, Universo OAB/SP disponibiliza diversos novos serviços e benefícios nas áreas de saúde, esporte, lazer e educa  o para a advocacia paulista. ()

Cobrança judicial

Nos dias 17 e 18/4, a AASP promove o curso "Cobrança judicial de despesas condominiais e temas pol  micos do condomínio edilício". Concorra a uma vaga-cortesia ! ()

LGPD

LMI - Law Masters Institute promove o curso profissionalizante "LGPD: Do Mapeamento    Governança", cujo objetivo    fornecer os conhecimentos jurídicos necessários para a condu  o e implementa  o de um projeto em conformidade com a LGPD. Inscreva-se! ()

Direito Internacional

Dias 13 e 14/4, acontece o "1   Encontro de Direito Internacional Privado Comparado", na Universidade de Lisboa, realizado pela consultora Beatriz Machnick (BM Finance Group), Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP, e os advogados Rita de Cássia da Silva, Samanta Pineda e José Roberto Sodero. ()

Saúde financeira

Muitos escritórios acham que o seu departamento financeiro está funcionando bem, porque pagam as contas em dia. Porém,    necessário ter uma gestão fi-

nanceira estratégica para crescer de maneira sustentável ao longo do tempo. A Radar - Gestão para Advogados dispõe de consultoria especializada em gestão financeira. ()

Modernidade

Escritório obtém ótimos resultados com a implantação da computação em nuvem fornecida pela Docwise. Confira! ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

CE/Beberibe

MA/Amarante do Maranhão

MA/Grajaú

MG/Monte Carmelo

MG/Prados

PR/Antonina

SP/Cajati

SP/Itapuí

SP/Riolândia

SP/São Luiz do Paraitinga

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Drug Executives Condemn Ruling On Abortion Pill"

The Washington Post - EUA

"5 slain in attack by co-worker at Louisville bank"

Le Monde - França

"Retraites: à la recherche de la sortie de crise"

Corriere Della Sera - Itália

"Cina, prove di guerra a Taiwan"

Le Figaro - França

"Comment Macron espère encore se relancer"

Clarín - Argentina

"La UCR y Carrió apoyan la decisión de Larreta: Macri, Bullrich y Vidal, en contra"

El País - Espanha

"Ferrovia se arriesga a un coste fiscal millonario por su traslado"

Público - Portugal

"Violência obstétrica teve mais peso na região Centro durante a pandemia"

Die Welt - Alemanha

"Chinas Militär ?ubt umfassende Abriegelung von

Taiwan"

The Guardian - Inglaterra

"Junior doctor strikes could run until general election"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Renda do agro atrai bancos para investidor do Centro-Oeste"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Lula marca cem dias de mandato com crítica a pessimistas"

O Globo - Rio de Janeiro

"Governo pede remoção de perfis e critica lentidão das plataformas"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Para fazer a Pampulha decolar"

Correio Braziliense - Brasília

"Lula reforça apoio a Haddad e cobra ação dos ministros"

Zero Hora - Porto Alegre

"Aos cem dias, Lula defende nova regra fiscal e volta a atacar o BC"

O Povo - Ceará

"MEC estuda aplicar duas versões do Enem em 2024"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Nos 100 dias de Lula, PT tenta enquadrar Haddad e política fiscal"

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 12, 17

Propriedade Intelectual

4, 7, 12, 19

ABPI

7

Inovação

7, 9